Sumário

APRESENTAÇÃO 13

PREFÁCIO 15

INTRODUÇÃO — Importância do tema: o Direito Tributário a serviço da proteção ambiental 19

PRIMEIRA PARTE

Normas jurídicas e sanção premial como induzimento às condutas desejáveis

CAPÍTULO 1 — A necessidade do Direito e a incidência das normas jurídicas 25

1.1. Os regramentos de conduta humana 25

1.2. A infalibilidade da incidência da norma jurídica 29

CAPÍTULO 2 — Estrutura das normas jurídicas 33

2.1. Digressões genéricas necessárias 33

2.2. Bilateralidade 35

2.3. Disjunção 36

2.3.1. O juízo hipotético de Kelsen ou disjuntivo de Cossio? 36

2.3.2. O juízo hipotético de Kelsen 36

2.3.3. O juízo disjuntivo de Cossio 38

2.4. Sanção 39

2.5. Crítica à estrutura da norma em Kelsen 40

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.6. Ainda a estrutura da norma jurídica, agora em Pontes de Miranda . . 42

CAPÍTULO 3 — Da sanção (positiva) premial no Direito 45
3.1. Uma primeira diligência explicativa 45
3.2. A existência da sanção positiva (premial) 46
3.3. Um embate de doutrina em meio à Segunda Guerra Mundial 49
3.4. A sanção positiva e sua posição na estrutura da norma jurídica 50

SEGUNDA PARTE

O desenvolvimento econômico-industrial da sociedade moderna ("sociedade de risco") e o princípio da precaução no Direito Ambiental

CAPÍTULO 4 — Implicações do crescimento industrial 55
4.1. Consequências ambientais do desenvolvimento. 55
4.2. Os debates ambientais: o início dos Fóruns Globais 57

CAPÍTULO 5 — Sociedade de risco e normas de conduta. 59
5.1. A sociedade globalizada de risco 59
5.2. O papel das normas jurídicas na contenção dos gravames ambientais . . 62

CAPÍTULO 6 — O princípio da precaução no Direito Ambiental . . 65
6.1. Os motivos da análise do princípio da prevenção e não do poluidor pagador. 65
6.2. Antecedentes do princípio da precaução 67
6.3. A experiência brasileira 71
6.4. Princípio da precaução × princípio da prevenção no Direito Ambiental. 73

TERCEIRA PARTE

O federalismo fiscal × ambiental e as competências dos entes de Direito público interno: interações governamentais e preservação ambiental

CAPÍTULO 7 — Federalismo fiscal x ambiental 79
7.1. Brasil: Federação *sui generis*? 79
7.2. Preliminares de um federalismo cooperativo 80
7.3. Nosso pacto federativo 83
7.4. Posição do meio ambiente e dos tributos no cenário constitucional. . . 85

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO 8 — Competências na Constituição de 1988 87
8.1. Competências tributárias na Constituição de 1988 87
8.2. Competências ambientais na Constituição de 1988 91
8.3. Repartição de receitas tributárias e autonomia federativa 93

CAPÍTULO 9 — Políticas públicas e meio ambiente 98
9.1. As políticas públicas na preservação do meio ambiente: algumas considerações 98
9.2. O uso das medidas tributárias 101
9.2.1. Prólogo dos tributos ambientais no Brasil e o "ICMS Ecológico" 101
9.2.2. Os incentivos fiscais no Direito Ambiental: alguns exemplos já praticados 103
9.3. A possibilidade de associação das políticas públicas tributárias de incentivo ao meio ambiente equilibrado 111

CAPÍTULO 10 — Criação de incentivos fiscais como proposta mais viável 114
10.1. As vertentes da ingerência estatal na economia moderna 114
10.2. Na esteira dos incentivos: a possibilidade mais apropriada 115

QUARTA PARTE

Planejamento tributário estatal de fomento às políticas públicas ambientais: os incentivos fiscais *lato sensu*

CAPÍTULO 11 — A intervenção do Estado no domínio econômico e os incentivos fiscais 121
11.1. O que é o planejamento ambiental do Estado com o uso de incentivos fiscais 121
11.2. Momento dos incentivos fiscais: despesa e receita pública 124
11.2.1. Despesa pública: as subvenções, os créditos presumidos e os subsídios 124
11.2.2. Receita pública: isenções, diferimentos, remissões e anistias .. 125
11.3. As exigências da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) 127

CAPÍTULO 12 — Políticas públicas de planejamento tributário negativo e extrafiscalidade 129
12.1. Políticas tributárias ambientais e extrafiscalidade 129

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

12.2. Tributação ambiental negativa: extratos de doutrina 130
12.3. A orientação das condutas tributárias e o meio ambiente 132

CAPÍTULO 13 — Os incentivos concedidos ao etanol no Brasil e nos Estados Unidos da América 135
13.1. A necessidade de uma matriz energética limpa 135
13.2. O etanol brasileiro e os atuais projetos de infraestrutura 137
13.3. O agronegócio brasileiro e o mercado internacional 139
13.4. Os "incentivos" ao etanol no Brasil e nos Estados Unidos 143
13.4.1. O caso norte-americano e os recentes acontecimentos 143
13.4.2. Os "incentivos" no Brasil 146
13.5. Conclusões 148

CONCLUSÕES 151

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 155

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br